



**Critérios de Pesquisa:**

**Período:** 01/08/2025 a 31/08/2025

**Assunto:** "Reforma Administrativa" or "PEC 32, de 2020"

Documento 1/4

---

155.2025	Sessão Ordinária - CD	20/08/2025-15:44
Publ.: DCD - 21/08/2025 - 141	Gilson Daniel-PODE -ES	
BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO	

---

**Sumário**

O Deputado fez uma reflexão sobre o papel das autoridades e o sentido do serviço público, destacando que autoridade deve ser vista como missão para promover o bem coletivo, não como busca de poder ou vaidade. Criticou a degradação do debate político e o ambiente de ódio nas redes sociais, defendendo que liberdade de expressão não pode significar agressão. Além disso, ressaltou pautas prioritárias como a ampliação da isenção do Imposto de Renda, a reforma administrativa e o fortalecimento da agricultura familiar, saúde, educação e saneamento. Lembrou sua atuação municipalista, leis e propostas de emenda à Constituição aprovadas em prol da Defesa Civil e destacou a destinação de mais de R\$ 313 milhões aos Municípios capixabas.

---

**O SR. GILSON DANIEL** (Bloco/PODE - ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cidadãs e cidadãos que nos acompanham nas galerias e pelos meios de comunicação da Câmara dos Deputados, hoje subo a esta tribuna movido não apenas pelo mandato que me foi confiado, mas também pelo dever de compartilhar uma profunda reflexão sobre o momento político e institucional que o Brasil atravessa. Trago comigo um texto sagrado que fala diretamente a todos nós, independentemente da fé que professamos, pois trata de algo que transcende religiões: o propósito da autoridade e o sentido do serviço público.

Quero abrir esta fala com uma síntese de Romanos, capítulo 13, versículos de 1 a 10, de uma tradução contemporânea, que busca tornar clara a sua essência. A palavra nos exorta dizendo que toda autoridade está debaixo de Deus e que a ordem e a paz são expressões dessa vontade. Por isso, devemos viver como cidadãos responsáveis, respeitar as leis e cumprir os nossos deveres.

O apóstolo Paulo também ensina que os impostos e obrigações não são um fardo em si, mas instrumentos para manter a ordem e o bem comum, e conclui que a maior dívida que todos nós temos é a do amor ao próximo. Quem ama o



próximo cumpre toda a lei.

Não trago essas palavras como um sermão religioso. Eu as trago como um convite à consciência, um chamado ao equilíbrio, um apelo à responsabilidade com aquilo que nos foi confiado não apenas como Parlamentares, mas também como autoridades constituídas neste País.

Vivemos em uma República onde, conforme estabelece o art. 1º da Constituição Federal, todo poder emana do povo, que o exerce por meio de seus representantes eleitos, mas isso não anula, ao contrário, confirma um princípio espiritual que precisamos resgatar. Autoridade é um ministério divino. O poder é humano, a autoridade é divina.

As autoridades superiores, sejam do Executivo, sejam do Legislativo, sejam do Judiciário, são constituídas para promover o bem coletivo, são instrumentos de bem, de progresso, de cuidado.

Não ocupamos essas cadeiras para nos servir, mas para servir ao povo e, por meio disso, servir a Deus. É por isso que o apóstolo Paulo diz que quem resiste irresponsavelmente à autoridade — não à pessoa, mas à instituição — resiste ao próprio Deus.

A autoridade tem uma função pública, ética e moral: proteger o bem e coibir o mal.

Meus colegas Deputados, este é o verdadeiro sentido do nosso chamado. O Brasil precisa de autoridades que tenham vocação para servir, e não sede de poder; que tenham preparo e também humildade; que conheçam os princípios da administração pública — legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência —, que vivam esses princípios, e não apenas os citem em seus discursos.

Não podemos mais aceitar que o ambiente político seja campo de vaidades e disputas mesquinhas. Precisamos recuperar a liturgia do cargo. Quando o cidadão vota, ele entrega nas mãos de uma pessoa que é falha, limitada e humana um mandato que é, ao mesmo tempo, político e fundamental. É uma missão. Não cumprir essa missão com integridade é mais do que um erro político, é uma traição ao povo e ao Deus que permitiu que essa pessoa chegasse até aqui.

Sejamos francos: o que temos visto? Temos visto, infelizmente, a degradação do debate político; a política sendo reduzida a algoritmos, curtidas e cancelamentos; autoridades insultando autoridades; cidadãos atacando cidadãos; a polarização invadindo até os lares, destruindo amizades e afastando familiares.

Esse espiral de ódio não pode ser o novo normal. As redes sociais, que poderiam ser espaços de diálogo, tornaram-se verdadeiros campos de batalhas virtuais, e isso precisa mudar. Precisamos mudar. Limites precisam ser



estabelecidos com consciência, responsabilidade e exemplo. Não podemos nos furtar de enfrentar esse tema utilizando-nos unicamente do argumento da censura e da afronta à liberdade de expressão. Liberdade de expressão não é liberdade de agressão.

E aqui quero fazer uma afirmação que talvez soe dura, mas que é necessária. Aquele que ocupa um cargo público e usa desse poder para se beneficiar, para se enriquecer, para perseguir, para mentir, para alimentar guerra, está profanando o ministério que Deus lhe concedeu. Isso vale para todos os poderes, todos os níveis, todos os partidos.

Amar ao próximo é amar a Deus. E servir ao povo é servir a Deus. Quem serve apenas a si mesmo, quem usa do cargo para oprimir, manipular, destruir, já se afastou do propósito da autoridade. A nossa missão como Parlamentar é clara: promover o bem público, e não o pessoal.

Por isso, precisamos mais do que boas intenções, precisamos ter preparo intelectual, psicológico e, sobretudo, coragem — coragem para legislar, para fiscalizar, para debater e para se posicionar com firmeza e respeito.

Com esse espírito quero reafirmar que não cheguei a esta Casa para promover discussões ideológicas estéreis, cheguei para construir pontes, buscar soluções, lutar por avanços concretos e conquistar resultados. O meu compromisso, antes mesmo de ser um compromisso como Deputado Federal, é um compromisso como ser humano.

O Brasil precisa avançar. Não podemos ficar paralisados na polarização, pelo barulho, pelo medo de tomar decisões. Existem pautas urgentes que aguardam a análise desta Casa. Cito três, de forma clara.

Precisamos destravar a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda, aliviando o peso de quem menos ganha. Hoje, milhões de brasileiros de baixa renda são tributados de forma injusta. Aliviar esse peso é garantir mais dignidade e mais poder de compra para quem realmente precisa. A reforma administrativa precisa ser entendida não como um ataque ao servidor, mas como uma forma de modernizar e tornar mais eficiente a máquina pública. Um Estado mais ágil é um Estado que devolve mais saúde, mais educação, mais segurança e respeito aos cidadãos.

Precisamos priorizar os projetos voltados ao fortalecimento da agricultura familiar, da educação de base, da saúde pública, do saneamento básico.

Essas são áreas estruturantes, são projetos que precisam ser analisados e discutidos com seriedade, sem vaidade, sem amarras partidárias.

Além dessas grandes pautas nacionais, quero também reafirmar algumas das minhas bandeiras de atuação nesta Casa que refletem causas reais próximas ao povo brasileiro: a defesa e a valorização dos agentes de saúde e agentes de endemias, que estão na linha de frente dos cuidados da população, sendo



muitas vezes o primeiro elo entre o cidadão e a saúde pública; a valorização da Defesa Civil e a ampliação da gestão de riscos e desastres, porque proteger vidas deve ser prioridade permanente do Estado; a luta em defesa dos criadores de pássaros, atividade cultural e tradicional que precisa ser preservada com responsabilidade e legalidade, e o apoio ao turismo local, que gera emprego, renda e desenvolvimento sustentável para muitos Municípios.

Essas bandeiras mostram que o nosso mandato não é apenas de palavras, mas também de compromissos concretos com o que cada dia é construído no Brasil real.

Sras. e Srs. Deputados, hoje, exerço o meu mandato com forte atuação na pauta municipalista e destaco com humildade: por 2 anos consecutivos, fui reconhecido pela Confederação Nacional dos Municípios como o Deputado mais municipalista do Brasil. Isso não é apenas um título, mas também reflexo de uma convicção. É no Município que a vida acontece, é no Município que está o posto de saúde que atende a mãe com o filho febril. É na escola municipal que a criança dá os seus primeiros passos no conhecimento. É na estrada vicinal, quando asfaltada, que o agricultor consegue levar sua produção para comercializar.

Por isso sigo fiel aos princípios da administração pública, especialmente ao princípio da impessoalidade. Não importa se o Governador, o Prefeito ou o Vereador é do partido A, B ou C. O que importa é que o povo seja atendido, que a saúde funcione, que a segurança chegue, que o saneamento aconteça e que a agricultura familiar seja valorizada.

Se me permite, quero compartilhar um dos momentos mais gratificantes da minha vida pública. No primeiro ano de mandato, conseguimos aprovar, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, o projeto de nossa autoria de nº 920, que foi transformado na Lei nº 14.691, de 2023. Esta lei fortaleceu e garantiu abastecimento do Fundo de Calamidades Públicas de Proteção e Defesa Civil — Funcap, que até então estava esquecido. Além disso, aprovamos uma emenda importante de minha autoria na Lei das Bets. Agora, 50% das premiações não reclamadas em 90 dias serão destinadas ao Funcap, recurso novo, permanente e que salva vidas. Mais recentemente, fui Relator da PEC 44, que destina parte dos recursos de emendas individuais e emendas de bancadas estaduais às ações de prevenção, mitigação, resposta e recuperação de desastres. A estimativa é de que 9 bilhões sejam destinados a essa causa.

Precisamos agora lutar para destravar essa PEC no Senado Federal. E isso não é vaidade legislativa, isso são vidas salvas. Neste meu mandato, já destinei mais de 313 milhões aos Municípios capixabas. Só para a saúde foram mais de 44 milhões. Esses números representam mais que emendas, representam postos de saúde reformados, ambulâncias entregues, exames realizados, vidas preservadas. E se me permitem, qual é a pauta mais urgente? Se me perguntarem, eu respondo com tranquilidade que é a que protege a vida. Se não formos capazes de agir para proteger o nosso povo, então para que serve o nosso mandato? De que adianta aprovar leis se não somos autoridades ou com



consciência, ou perdemos o senso da vocação, ou deixamos de cumprir o bem comum? A autoridade que não cumpre o seu papel se torna cúmplice do mal que deveria combater. Combater o mal não é apenas prender criminosos, é coibir a corrupção, o desperdício ou omissão, é fiscalizar, é denunciar o desvio, é proteger o recurso público, é não aceitar ser massa de manobra de interesses escusos e particulares.

A autoridade que entende o seu papel como Ministério de Deus trabalha com ética, trabalha com verdade, trabalha com coragem e jamais esquece que o poder é passageiro, mas o legado é eterno.

Queridos amigos, deixo aqui uma exortação, mas também uma esperança. Podemos ser melhores. Podemos entregar ao povo um Parlamento mais digno, mais firme, mais próximo, mais respeitado. Respeitar a autoridade não significa concordar com tudo. Discordar sim, destratar não! Divergir sim, ameaçar jamais! Todos os poderes têm limites e funções. Todos estão debaixo do olhar de Deus. A autoridade que se isenta da verdade perde a sua força e a que se esquece da compaixão perde sua legitimidade. A democracia exige equilíbrio, diálogo, civilidade. O amor à Pátria não pode ser usado como bandeira política, mas como valor absoluto. Nossa bandeira não é de um partido político, é de uma Nação, uma só Nação. A defesa da nossa soberania é um valor inegociável.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu sonho com um Brasil que promova o bem e coiba o mal, um Brasil em que o diálogo supere o ódio e que a confiança no Parlamento seja restaurada. Sonho com um Brasil em que o serviço público seja a vocação e não barganha. Isso depende de nós.

Sr. Presidente, peço mais 30 segundos para finalizar.

Fecho com minha última lembrança da palavra de Romanos capítulo 13, versículo 7: "*(...) a quem respeito, respeito; a quem honra, honra*". A quem devemos o amor, que amemos com sinceridade. Que possamos ser reconhecidos por cumprir o nosso dever com fé, com ética, com verdade, com coragem. Quero crer que serei capaz de deixar para minhas quatro filhas e para meus futuros netos um Brasil mais justo, mais humano e mais unido do que aquele que recebi.

Que Deus abençoe esta Casa! Que Deus abençoe o Brasil!

Muito obrigado, Sr. Presidente.



## **Sumário**

A Deputada alertou para os riscos da proposta em discussão no grupo de trabalho sobre a reforma administrativa, que ameaça a estabilidade dos servidores públicos ao prever contratações por tempo determinado. Também lembrou que a estabilidade é o que garante a defesa do Estado diante de pressões políticas e citou exemplos de servidores que impediram irregularidades durante o Governo Bolsonaro. Embora tenha reconhecido pontos positivos, como informatização e combate a crimes de assédio e discriminação, afirmou que o núcleo da proposta resgata a proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, rejeitada amplamente pelos servidores. Ao concluir, pediu que a Câmara não avance em medidas que possam fragilizar o serviço público.

---

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (Bloco/PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, nós estamos vivendo um momento de espera no Brasil. E nossa espera diz respeito ao dia 2 de setembro. Enquanto aguardamos setembro, vemos as notícias pipocarem nos jornais de todo o Brasil em relação a improbidades, a malfeitos e, infelizmente, a todo um processo de tentativa de prejudicar o Brasil através do membro de um clã que governou este País de forma desastrosa e que agora é parceiro do tarifaço que o Governo norte-americano impõe ao País. Neste momento, esperamos que não haja uma escalada de ódio.

Quero recomendar a esta Casa que, nesse período, não tensionássemos questões que são delicadas para o Estado brasileiro. Está em debate, em um grupo de trabalho, uma suposta reforma administrativa. Como todos sabem, sou servidora, líder de servidores, e coordeno a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público. A proposta ainda não foi materializada em forma de peça legislativa, mas traz em seu âmago algo que é extremamente delicado: a possibilidade de contratação por tempo determinado para servidores estáveis. Isso será o fim da estabilidade!

Eu pergunto, Sr. Presidente, se um servidor estável tem condições, neste momento, de tomar posições que defendem o Estado brasileiro, por que determinar um tempo determinado e limite para a estabilidade, único benefício que faz ser vantajoso ser servidor público? O salário é menor do que o do mercado, porque as responsabilidades podem levar o servidor a um indiciamento criminal. O que seria do servidor que impediu a entrada no Brasil dos diamantes do famigerado Bolsonaro se ele não fosse estável? O que seria do servidor que impediu a cobrança da propina de 1 dólar por dose de vacina se ele não fosse estável? A estabilidade é um instituto constitucional presente no Regime Jurídico Único, e os servidores não vão concordar com essa abolição.

A proposta, em geral, nasce com alguns pontos positivos: informatização;



modernização; combate a determinados crimes, como assédio, racismo, homofobia, machismo, misoginia. O projeto moderniza o Estado em suas margens, mas o coração é filho da PEC 32, e isso nós não podemos aceitar.

Portanto, Sr. Presidente, o meu apelo é para que não votemos nesta fase uma questão tão polêmica, para que não apostemos na conflagração do serviço público brasileiro. Quebrar a estabilidade é romper o único condão, a coluna dorsal do Estado brasileiro que o preserva de pé, para garantir que Governos passem, mas o Estado permaneça.

Portanto, esta é a minha solicitação ao Presidente Hugo Motta: vamos debater. A proposta ainda não foi materializada, mas esse elemento já foi apresentado à Mesa várias vezes pelo grupo de trabalho, e eu venho aqui defender o instituto da estabilidade como elemento conceitual matriz, primordial do serviço público e da defesa do Estado soberano.

Muito obrigada, Presidente.

---

Documento 3/4

163.2025

Publ.: DCD - 27/08/2025 - 132

Sessão Ordinária - CD

26/08/2025-18:28

Alice Portugal-PCdoB -BA

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM  
DISCURSO

---

### **Sumário**

A Deputada defendeu a aprovação do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 143, de 2020, que altera a Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, para prever a autorização de pagamentos retroativos de anuênio, triênio, quinquênio, sexta-parte, licença-prêmio e demais mecanismos equivalentes a servidores públicos de entes federativos que decretaram estado de calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19. Ademais, afirmou que a medida representava justiça aos servidores que se sacrificaram durante a pandemia, lembrando que quase mil profissionais da enfermagem perderam a vida para a Covid-19. Ressaltou ainda que, apesar dos esforços feitos para ajudar Estados e Municípios, a devolução de direitos nunca havia sido cogitada, mas agora se concretizava. Além disso, parabenizou a Deputada Professora Luciene Cavalcante pela articulação política pela aprovação da proposição e destacou o empenho da bancada do Partido Comunista do Brasil (PC do B). Por fim, alertou que não aceitará o fim da estabilidade em eventual reforma administrativa.

---

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (Bloco/PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu estou inscrita para o encaminhamento, estou na lista de inscritos, mas não poderia deixar de dizer que esta é uma decisão de

justiça. Servidores públicos deram muito de si na pandemia. Foram quase mil os profissionais da enfermagem que perderam a vida para a Covid-19. Sacrifícios foram impostos para que o País pudesse ajudar Estados e Municípios, mas esta devolução nunca foi cogitada. Agora ela está acontecendo.

Quero parabenizar a Deputada Professora Luciene Cavalcante e dizer que nós todos nos empenhamos para que este projeto fosse pautado. Falo em nome da bancada do PCdoB. Todos sabem que eu sou Coordenadora da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público. Descongelar triênios e quinquênios, descongelar o período do alto sacrifício, o período da pandemia, é fazer a justiça.

Eu quero alertar que nós não vamos aceitar quebra de estabilidade em qualquer reforma administrativa que surgir.

Documento 4/4

166.2025 Sessão Ordinária - CD 27/08/2025-17:44  
Publ.: DCD - 28/08/2025 - 121 Aliel Machado-PV -PR  
BREVES COMUNICAÇÕES PELA ORDEM  
DISCURSO

## *Sumário*

O Deputado registrou os 35 anos de emancipação política de Candói (PR), Município que representa em Brasília (DF), acompanhado de lideranças locais. Ressaltou a responsabilidade de atender às demandas da população, que não quer brigas políticas, mas resultados concretos. Por fim, defendeu priorizar a votação de pautas estruturantes, como a reforma administrativa e o projeto do Imposto de Renda, reforçando a necessidade de trabalhar com coerência e responsabilidade em prol do País.

**O SR. ALIEL MACHADO** (Bloco/PV - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Eu apenas quero fazer menção ao transcurso dos 35 anos de emancipação política do Município do Candói, que tenho orgulho de representar aqui em Brasília. Tenho a companhia do ex-Prefeito Gelson Costa, da Vereadora Sandra e dos nossos amigos, para destinar recursos e investimentos e defender os interesses do Município do Candói aqui em Brasília.

Nós temos uma grande responsabilidade. As pessoas lá na ponta não querem saber de briga, de confusão, as pessoas querem resultado. Vamos parar de defender políticos e pessoas para defender projetos e defender o País com responsabilidade. Vamos colocar na agenda prioritária a aprovação do Imposto



de Renda, vamos colocar na agenda prioritária a aprovação da reforma administrativa, ações concretas e importantes com que vamos levar resultados até a população.

Isso é o que o Município do Candói espera, o que o Brasil espera e é o que nós estamos fazendo aqui, com coerência e responsabilidade.

---